



COMPILADO DE TEXTOS
GÊNERO E CLIMA
POR UMA RETOMADA VERDE
INCLUSIVA

ELABORAÇÃO:
ANA CRISTINA NOBRE, ISABEL DRIGO, MIRIAM PROCHNOW, TATIANE MATHEUS
PARA O OBSERVATÓRIO DO CLIMA



1. INTRODUÇÃO

É possível, ao mesmo tempo, criar empregos e combater as mudanças climáticas. Para uma retomada econômica verde e inclusiva após a pandemia da Covid-19, é fundamental investir em setores da economia de baixo carbono, mas também considerar aspectos da formação da nossa sociedade – que incluem relações de gênero, raça e classe social.

Um novo pacto social que priorize o combate à emergência climática deve focar-se em reduzir as desigualdades, e não em legitimá-las. Para isso, o Instituto ClimalInfo, com o apoio do Observatório do Clima (OC) e do Grupo de Trabalho (GT) Infraestrutura, desenvolveu propostas nas áreas de saneamento, resíduos sólidos, habitação popular, mobilidade urbana, energia solar, eficiência energética, agricultura de baixo carbono e soluções baseadas no respeito à natureza.

A partir desses materiais, o GT de Gênero do Observatório do Clima analisou como as relações de gênero estão presentes nos investimentos verdes sugeridos. O nosso propósito é suprir o déficit de informações e buscar soluções de forma pragmática, sempre trazendo diversidade de perspectivas.

A intersecção dos temas socioambientais e econômicos precisa vir acompanhada pelo questionamento ao machismo e ao racismo estruturais brasileiros. Apenas assim se poderá transformar a realidade atual e estabelecer um novo pacto social e econômico que tem a preservação do meio-ambiente como ponto fundamental para combater a emergência climática.

2. Por que somente o investimento econômico em “setores verdes” não basta?

A resiliência a grandes crises só será alcançada com redução das desigualdades sociais, de gênero e raça.

Por Ana Cristina Nobre, Isabel Drigo, Miriam Prochnow e Tatiane Matheus*

A retomada econômica pós-pandemia causada pela Covid-19 precisa ser verde, inclusiva, sustentável, resiliente e centrada no ser humano. Para isso, é necessário um “New Green Deal” baseado na promoção de condições de trabalho decentes e com equidade de gênero e de raça.

A transição para uma economia de baixo carbono deve levar em consideração outras dimensões além do mero benefício econômico ou geração numérica de postos de trabalho. Antes de tudo, é preciso aumentar a resiliência da sociedade e do meio ambiente, diminuir a desigualdade social e reduzir as emissões de gases de efeito estufa do Brasil. É a única forma de garantir mudanças efetivas de paradigma na economia e na sociedade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, o rendimento médio das mulheres ocupadas, entre 25 e 49 anos, equivalia a 79,5% do recebido pelos homens da mesma idade. Ao considerar também a raça, a mulher preta ou parda ganhava 80,1% dos rendimentos de um homem da mesma cor.

Outros estudos reforçam as condições desiguais da mulher. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) mostrou que 8,5 milhões de mulheres abandonaram o mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2020, quando começou o distanciamento social devido à pandemia. Além de estarem mais

expostas à demissão, as mulheres têm mais dificuldades para procurar uma vaga e se manter no mercado. Em resumo, antes da pandemia, a maioria das mulheres estava ativamente no mercado de trabalho. Agora, ficou de fora.

No primeiro trimestre de 2020, o desemprego aumentou em 12 estados brasileiros, como efeito da quarentena realizada em algumas regiões, segundo dados do IBGE. A pandemia trouxe à tona as desigualdades: a população negra brasileira viu o desemprego chegar a 15,2%, enquanto a taxa entre os brancos foi de 9,8%.

Daí a importância de que a retomada econômica leve em conta a justiça social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados até 2030. A nova economia precisa oferecer trabalho decente para mulheres e homens, bem como conciliar geração de emprego e renda para comunidades periféricas e tradicionais, valorizando seus modos de vida.

Por trabalho decente entende-se o trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem dele e a suas famílias, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os investimentos verdes para a retomada econômica somente poderão ser inclusivos se estiverem pautados por ações coordenadas, visando:

- políticas macroeconômicas e de desenvolvimento, políticas industriais e setoriais que considerem as dimensões sociais, ambientais e climáticas;
- apoio para que micro e pequenas empresas atuem nos novos setores da economia de baixo carbono;
- desenvolvimento de habilidades e competências profissionais;
- priorização da saúde e segurança no trabalho;
- ampliação da oferta de proteção social;
- defesa dos direitos universais e dos serviços públicos;
- políticas públicas e ações que promovam a garantia dos Direitos Fundamentais do Trabalho;

- promoção do diálogo social com a participação de representantes de governos, empregados e empregadores;
- políticas ativas que promovam condições de trabalho decentes, reduzam e combatam as desigualdades estruturais de gênero e raça presentes no mercado de trabalho brasileiro.

**Ana Cristina Nobre (consultora), Isabel Drigo (Imaflora), Miriam Prochnow (Apremavi) e Tatiane Matheus (ClimaInfo), membros do GT de Gênero do Observatório do Clima.*

3. Como as soluções baseadas na natureza podem integrar um novo pacto social e econômico

O Brasil precisa lidar com o declínio das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, resolver os problemas ocasionados pela emergência climática. A solução para essas crises é a conservação da natureza que proporcione uma retomada verde e socialmente inclusiva.

Miriam Prochnow*

A humanidade enfrenta uma de suas piores crises. Em meio a pandemia da Covid-19, que já matou mais de 260 mil pessoas no Brasil, o país precisa lidar com o declínio das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, atuar de forma eficiente para resolver os problemas ocasionados pela emergência climática. A solução para todas essas crises passa pela conservação da natureza, uma vez que novas pandemias poderão surgir em razão da destruição dos ambientes naturais.

Uma retomada econômica sem considerar os limites da natureza, o uso sustentável dos recursos naturais, mas também a inclusão social, certamente agravará a situação. Precisamos estimular e ajudar a construir um novo pacto social, no qual a equidade de gênero, o combate ao racismo e a proteção da natureza sejam questões centrais e inegociáveis. Essa nova economia deve reafirmar alguns valores: democracia, busca da inovação, respeito aos direitos humanos, à diversidade, às minorias, à vida e à biodiversidade e às futuras gerações.

É urgente apostar nas Soluções Baseadas na Natureza (SBN), isto é, inspiradas na natureza e que integram objetivos sociais, econômicos e ambientais. Pensar o território com olhar de drone e visão de libélula: do alto, com a complexidade exigida e onde cabem não somente os atores existentes em um território, mas também a própria natureza.

Soluções desse tipo incorporam as iniciativas sustentáveis existentes e consideram a qualidade e segurança alimentar, a proteção, restauração e regeneração de ecossistemas, a proteção da biodiversidade, a proteção e uso racional dos recursos hídricos e o desenvolvimento e implementação de energias limpas e renováveis.

Já existem diversos exemplos de Soluções Baseadas na Natureza em diferentes áreas. Os desafios são manter, consolidar e ampliar tais projetos, bem como replicá-los e adaptá-los a outras regiões.

Entre as várias ações que podem contribuir para essa mudança, estão:

- buscar e direcionar investimentos públicos já existentes para iniciativas sustentáveis;
- repensar as políticas públicas, atrelando a concessão e liberação de créditos (agrícolas, imobiliários, infraestrutura etc.) ao novo pacto social verde;
- incentivar e fomentar o cumprimento da legislação ambiental e a implantação de paisagens sustentáveis (Cadastro Ambiental Rural – CAR, Programa de Regularização Ambiental – PRA, Bolsa Restauração);

- criar um sistema de financiamento e crédito para que propriedades e imóveis rurais se tornem sustentáveis, desinvestindo em atividades e equipamentos altamente emissores de carbono;
- capacitar a assistência técnica para um olhar integrado que considere a paisagem, a biodiversidade, os recursos hídricos e a proteção do solo como essenciais para a atividade agrossilvopastoril.

Já existem investimentos sociais privados bem sucedidos que podem e devem ser replicados. Por exemplo, o Projeto Matas Legais, uma parceria entre a empresa Klabin e a ONG Apremavi. Desde 2005, a iniciativa já atendeu 1.807 famílias/propriedades e plantou 1.695.568 mudas de árvores nativas. Ao todo, o programa envolve 16.500 ha de florestas nativas conservadas, 1.500 ha em regeneração natural, 512 ha restaurados com plantios de mudas nativas. Trata-se de um projeto altamente replicável.

Nesta encruzilhada civilizatória, é urgente debater qual é a contribuição do setor privado, para além do seu cercado. É o caso da Natura, ao anunciar investimento de US\$ 800 milhões nos próximos dez anos para ajudar no desmatamento zero da Amazônia, com ações em toda sua cadeia produtiva. Mais do que isso, em uma visão de emergência climática, temos de saber quanto de seu lucro o setor privado está disposto a investir. Tal discussão exige um desprendimento muito maior do que o praticado até agora.

Para trazer essas soluções de investimentos, já existem algumas ferramentas que podem ser úteis. Entre elas, estão iniciativas de diálogo que envolvem vários setores, como o Diálogo Florestal, o Diálogo do Uso do Solo e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Estes são espaços propícios para acordos e criação de novos projetos.

Existem também os portais de transparência, que ajudam a monitorar as ações do governo, das empresas e do terceiro setor. Um exemplo é o Portal Ambiental da

Apremavi, onde são cadastradas as atividades de restauração realizadas pela instituição, possibilitando seu acompanhamento público.

Outra ferramenta bem-vinda é a construção de plataformas como o Mapa do DF Sustentável, que mapeou as mais diversas iniciativas relacionadas à sustentabilidade no Distrito Federal.

Por que não criar uma plataforma também de ideias – um espaço onde as pessoas possam cadastrar suas ideias de investimentos verdes, fomentando a inovação e a criatividade? E, por fim, por que não construir uma plataforma de engajamento, a fim de cada um expressar seus compromissos com o futuro sustentável? A pergunta é simples: que tipo de investimento eu posso fazer enquanto empresa ou cidadão para ajudar a construir um presente e um futuro sustentáveis?

**Miriam Prochnow é fundadora e atual vice-presidente da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) e membro do GT de Gênero do Observatório do Clima*

4. Transporte urbano não leva em conta desigualdade de gênero

97% das mulheres no Brasil já sofreram algum tipo de assédio sexual no transporte público

Tatiane Matheus*

Todos deveriam ter direito à cidade, ao usufruto do espaço urbano e acesso aos serviços públicos. Mas, na prática, diferentes barreiras limitam esse acesso. Uma delas é imposta pelas políticas de transporte público “neutras”, isto é, que não

levam em conta as diferentes necessidades e padrões de uso de homens e mulheres.

As mulheres são a maioria entre os usuários de ônibus na região metropolitana de São Paulo, segundo mostrou a pesquisadora Haydée Svab no estudo “Evolução dos padrões de deslocamento da região metropolitana de São Paulo” (2016). No metrô, elas passaram a ser maioria a partir de 1997.

A dinâmica de mobilidade dos homens costuma ser mais linear: da casa para o trabalho e vice-versa. Já as mulheres, por serem geralmente as maiores responsáveis pelas atividades parentais e familiares, também se deslocam com maior frequência pela cidade: levam os filhos para a escola, fazem compras, cuidam dos idosos da família etc. Fazem várias viagens, curtas, longas, com diferentes objetivos e em horários distintos. Por essa razão, são elas, e em especial as que moram nas periferias, as mais impactadas pelos problemas de mobilidade urbana: o alto custo das passagens, a baixa qualidade do transporte público, a baixa integração entre os distintos modais de transporte, as más condições das calçadas etc.

Sabe-se que as mulheres também fazem mais deslocamentos a pé do que os homens. A Pesquisa de Mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo, conduzida pelo Metrô, revelou em 2020 que 32,5% das mulheres se deslocam a pé pela cidade, contra 29% dos homens. Outro estudo, desta vez realizado pela organização Mobilize Brasil, concluiu que nenhuma das 27 capitais brasileiras oferece condições mínimas para a circulação de pedestres em suas calçadas, ruas e faixas de travessia. Há, inclusive, uma quantidade imensurável de ruas que nem calçadas têm. Claro que a melhoria da circulação das mulheres nas cidades não virá apenas da melhoria das calçadas, mas estas são fundamentais para a segurança.

É nesse quesito da segurança que, novamente, as mulheres estão mais expostas ao circularem na cidade. Além de serem mais suscetíveis a assaltos, correm também risco de outros tipos de violência. De acordo com pesquisa realizada em 2019 pelos

institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, 97% das brasileiras já sofreram algum tipo de assédio sexual no transporte público.

MEIO AMBIENTE, MOBILIDADE URBANA E GÊNERO

Mudanças no clima tendem a acirrar os problemas já vividos pelas pessoas. O aquecimento global deve aumentar os esforços femininos pelos cuidados com a casa e com familiares, sobrecarregando mais as mulheres, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os impactos serão ainda maiores para as mulheres negras e pobres, com menos acesso aos recursos necessários para se adaptarem às mudanças climáticas (sejam eles físicos, capitais, financeiros, humanos, sociais ou naturais). Estima-se um aumento de doenças transmissíveis e de desnutrição pela redução da oferta de alimentos, além de mudanças nos padrões de incidência de alergias e doenças respiratórias. Novamente, isso exigirá mais das mulheres (visto que desempenham mais tarefas de cuidado) e intensificará a mobilidade urbana.

A baixa representatividade das mulheres brasileiras em cargos públicos se reflete na ausência de políticas públicas que levam em conta a desigualdade de gênero. Há mais mulheres (51,8%) que homens (48,2%) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019. Porém, no ranking de representatividade feminina no Congresso, por exemplo, o Brasil ocupa a 134ª posição entre 193 países pesquisados, com apenas 15% de participação de mulheres. São 77 deputadas em um total de 513 cadeiras na Câmara, e 12 senadoras entre os 81 eleitos, de acordo com o Mapa Mulheres na Política 2019, um relatório da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar.

Apenas ao inserir mais mulheres nos espaços de tomada de decisão – bem como as reivindicações daquelas que mais vivenciam a desigualdade territorial e a violência institucional – que poderemos propor soluções inclusivas para os problemas da mobilidade urbana e para uma retomada verde econômica e social.

** Tatiane Matheus é jornalista, pesquisadora no Instituto ClimalInfo e membro do GT de Gênero do Observatório do Clima.*